

RECURSO ESPECIAL Nº 1.767.206 - MS (2018/0239394-0)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
RECORRIDO : SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS ESTADO DE MS
ADVOGADOS : JOÃO ROBERTO GIACOMINI - MS005800B
JOSE LUIS WAGNER - DF017183
SILVANA GOLDONI SÁBIO E OUTRO(S) - MS008713
RECORRIDO : UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 283 E 284 DO STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, com fulcro no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região que, assim ementado (fl. 137):

TRIBUTÁRIO - IMPOSTO SOBRE A RENDA - AUXÍLIO PRÉ -ESCOLA - NÃO INCIDÊNCIA 1. A Constituição Federal em seu artigo S.º, 111, autoriza os sindicatos demandarem para a defesa dos interesses coletivos da categoria. Portanto, a defesa de tais interesses poderá ser feita através de ações cíveis, fato este que demonstra a legitimidade ativa dos sindicatos para a propositura da presente ação.

2. Diferentemente de outras ações por mim julgadas que envolvem capacidade tributária ativa, na presente demanda o Ministério da Fazenda já afastou a exigência do Imposto de Renda sobre o auxílio pré -escola, contudo os valores retidos anteriormente a determinação ministerial, já foram repassados para a Fazenda.

Portanto, para a presente ação o Departamento Nacional de Transportes - DNIT não possui nenhuma legitimidade para figurar no polo passivo. Porém, deixo de fixar honorários advocatícios de sucumbência, pois no momento do ajuizamento da demanda havia interesse de agir, sendo caso de perda ulterior do interesse.

3. Em relação ao auxílio pré -escola, observo que encontra-se pacificado na jurisprudência o entendimento, que não incide Imposto de Renda sobre tal verba, interpretação esta que foi sintetizado pelo Superior Tribunal de Justiça na Ementa do AGA 200900546219 - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - 116967.

4. Havendo valores a serem devolvidos pela apelante e existindo

pedido de compensação, possuem os substituídos processualmente direito a esta forma de devolução do indébito.

5. A fixação do montante a ser repetido deverá ser apurado em liquidação de sentença, uma vez que houve a necessidade da utilização da via judicial para a devolução. Procedimento que este deverá observar o prazo quinquenal, a contar do ajuizamento da presente demanda.

6. Os créditos a repetir devem ser atualizados, desde à época do recolhimento indevido (Súmula STJ nº 162), na forma do Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal, aprovado pela Resolução nº 134/2010 do Conselho da Justiça Federal, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 267/2013.

7. No momento que foi proferida a sentença vigorava o Código de Processo Civil de 1973, a fixação dos honorários advocatícios de sucumbência deverá observar os parâmetros daquele codex, consequentemente condeno a União ao pagamento de honorários advocatícios em favor do autor, no montante de 10% (dez por cento) do valor da condenação.

8. Apelação da União não provida e apelação do DNIT e remessa oficial parcialmente providas.

Os embargos de declaração foram rejeitados (fls. 238-246).

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação do art. 85, § 2º, do CPC/2015, ao argumento de que são devidos honorários de sucumbência à parte declarada ilegítima no processo que exerceu seu direito de defesa mediante advogado.

Sem contrarrazões.

Contrarrazões às fls. 115-119.

Decisão de inadmissão do recurso na Corte de origem à fl. 121.

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta violação do art. 85, 3º, do CPC/2015. Para tanto, sustenta que são devidos honorários de sucumbência à parte declarada ilegítima no processo, tendo em vista que exerceu seu direito de defesa mediante advogado

Sem contrarrazões.

Juízo de admissibilidade às fls. 260-261.

É o relatório. Decido.

O recorrente, em virtude de sua exclusão da lide, objetiva a condenação do sindicato recorrido na verba honorária sucumbencial.

No caso, o Tribunal de origem reconheceu a ilegitimidade passiva do recorrente e deixou de fixar verba honorária por entender que houve perda ulterior do interesse processual, nos seguintes termos (fls. 210):

Nesse passo, analiso a questão da ilegitimidade passiva do Departamento Nacional de Transportes - DNIT. Ocorre que, diferentemente de outras ações por mim julgadas que envolvem capacidade tributária ativa, **na presente demanda o Ministério da Fazenda já afastou a exigência do Imposto de Renda sobre o auxílio pré-escola, contudo os valores retidos, anteriormente a determinação ministerial, já foram repassados para a Fazenda. Portanto, para a presente ação o Departamento Nacional de Transportes - DNIT não possui nenhuma legitimidade para figurar no polo passivo.** Porém, deixo de fixar honorários advocatícios de sucumbência, pois no momento do ajuizamento da

Superior Tribunal de Justiça

demanda havia interesse de agir, sendo caso de perda ulterior do interesse.

Todavia, como se observa, o recorrente não apresentou impugnação específica aos fundamentos adotados pela Corte de origem, limitando-se a defender genericamente que “em caso de declaração de ilegitimidade de parte, tendo essa exercido o direito de defesa nos autos, cabe a condenação da parte vencida na verba sucumbencial” (fl. 254). Essa situação enseja a aplicação das Súmulas 283 e 284/STF

Ante o exposto, **não conheço do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator